DECRETO Nº 083/2017

"Regulamenta o Título III – Da Higiene Pública – Capítulo XIII – Da Limpeza dos Terrenos – Artigo 142 do Código Administrativo do Município de Barra do Piraí e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Barra do Piraí, no uso das atribuições legais e constitucionais,

CONSIDERANDO que o princípio da função social da propriedade, esculpido no artigo 5°, XXIII da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a correta manutenção dos terrenos situados na área urbana é essencial na política urbanística, de saúde e, inclusive, de segurança pública do Município;

CONSIDERANDO que cabe à Administração Pública cumprir e fazer cumprir as leis;

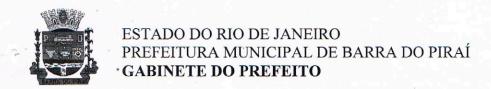
CONSIDERANDO, finalmente, o que prescreve a Lei Complementar 001 de 22 de março de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Os proprietários de terrenos e áreas de terra, edificadas ou não, localizadas na zona urbana do Município de Barra do Piraí ficam obrigados a manter as respectivas propriedades limpas e livre de entulhos.

Parágrafo único – Incluem-se no conceito de áreas de terra não edificadas os terrenos baldios, os quintais e as áreas de entorno das construções, ocupadas ou não.

- Art. 2º Os proprietários de terrenos e áreas de terra edificadas ou não, que apresentarem acúmulo de lixo, entulho ou mato alto serão notificados pelo órgão competente para que procedam à limpeza dos mesmos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa.
- §1º Considera-se lixo, para fins deste Decreto, qualquer tipo de resíduo sólido oriundo de atividade humana ou animal, passível de oferecer riscos à saúde ou propício à proliferação de insetos, parasitas transmissores de doenças e animais peçonhentos.
- **§2º** Considera-se entulho os resíduos oriundos de construções, demolições, escavações ou deslizamentos de encostas.
- **Art. 3º** O não atendimento a notificação de que trata o artigo 2º deste Decreto acarretará na aplicação de multa no valor equivalente a 2 UFISBP (art. 359, IX da Lei Complementar Municipal 001/2010).



Parágrafo único – Em caso de reincidência a multa será aplicada em dobro (art. 360 da Lei Complementar Municipal 001/2010).

- **Art. 4º** No caso de não serem tomadas as providências devidas no prazo fixado, o Município poderá proceder a limpeza compulsória do terreno ou área de terra, correndo as despesas por conta do proprietário, sem prejuízo da multa prevista no artigo 3º.
- § 1º Para fins do ressarcimento previsto no *caput* será cobrado do proprietário o valor equivalente a 5% da UFISBP vigente por metro quadrado limpo pelo Município.
- § 2° O proprietário deverá recolher os valores devidos aos cofres do Município no prazo de trinta dias a contar da ciência da limpeza compulsória, sob pena de inscrição em dívida ativa.
- **Art.** 5º Em casos excepcionais, relacionados a catástrofes, situações de emergência ou calamidade pública, ou, ainda, em relação às pessoas comprovadamente hipossuficientes, o Município poderá realizar, sem qualquer ônus ao proprietário, a limpeza de terrenos e áreas de terras, edificadas ou não, inclusive com a remoção e destinação de entulhos.
- **Art. 6º** O Poder Executivo irá criar e divulgar canal de comunicação específico para receber denúncias por infringências a este Decreto, bem como solicitações de limpeza de áreas públicas.
- **Art. 7º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 29 DE SETEMBRO DE 2017.

Prefeito Mynicipal

Processo nº 8093/17 gp/rct/smg/ebmp